

ÉTICA - TRANSPARÊNCIA

COMPROMETIMENTO

SUSTENTABILIDADE

APRENDIZAGEM CONTÍNUA

Em que melhoramos?

O Atendimento à Demanda, aumentou de 108% em 2015 para 115% em 2016.



O que merece atenção?

A Execução do Orçamento Estratégico, apesar de demonstrar melhoras se comparado a 2015, ainda permanece em estágio crítico com resultado de apenas 8,10%.



RELATÓRIO DE DESEMPENHO 4º/2016

Movimentação Processual

386.910
Julgados



335.779
Distribuídos

373.443
Tramitando



Sociedade



100%

Processos Internos



72,70%

Pessoas e Recursos



92,28%

Chegamos ao final de 2016 com 88,33% de cumprimento do Plano STJ 2020.

No que tange à movimentação processual, destaca-se que, mesmo com um leve aumento de distribuição de processos, julgaram-se quase 8% a mais de causas - 386.910 em 2016 frente aos 358.813 no mesmo período de 2015.

Já na perspectiva Sociedade, destaca-se o atingimento de 100% das metas esperadas para os objetivos estratégicos "Promover a cidadania" e "Oferecer serviços com qualidade", o que demonstra um grande compromisso com o cidadão.

Quanto aos Processos Internos, houve uma queda de 7,09% no objetivo "Buscar excelência na prestação jurisdicional", em especial pela inclusão necessária da medição de "Julgamentos de ações coletivas", que atingiu apenas 61,55% da meta. Assim, o excelente resultado de 115,78% em Atendimento à demanda não foi suficiente para evitar que o conjunto de indicadores desse objetivo ficassem aquém do resultado esperado. Objetivo que já estava em situação preocupante em 2015 e piorou seu desempenho foi "Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes", pois o resultado de 459 dias para o indicador "Tempo médio da afetação à publicação do acórdão" ficou muito distante da meta esperada de 180 dias para os casos dessa natureza, representando ainda um aumento significativo em relação à mensuração de 248 obtida no ano anterior.

Por outro lado, entre 2015 e 2016 o desempenho da perspectiva Pessoas e Recursos melhorou, passando de 88,26% para 92,28%. Apesar do resultado ainda ser preocupante para o indicador "Execução do orçamento estratégico", o principal salto positivo foi na medição do objetivo "Assegurar e Gerir o Orçamento", que, mesmo com a inclusão de indicador de Sustentabilidade, beneficiou-se de uma execução orçamentária geral de 98,94% frente a um resultado de 82,21% no ano anterior. Em paralelo, os indicadores de pessoas mantiveram-se em níveis positivos, similares a 2015, mesmo que tenha havido pequena queda percentual na participação de servidores em capacitações. Finalmente, os indicadores de governança demonstram que há uma crescente atenção da Alta Administração com o tema, exemplificado pela publicação, ao final do ano, de resolução que disciplina a estrutura de governança como parte da realidade do STJ.

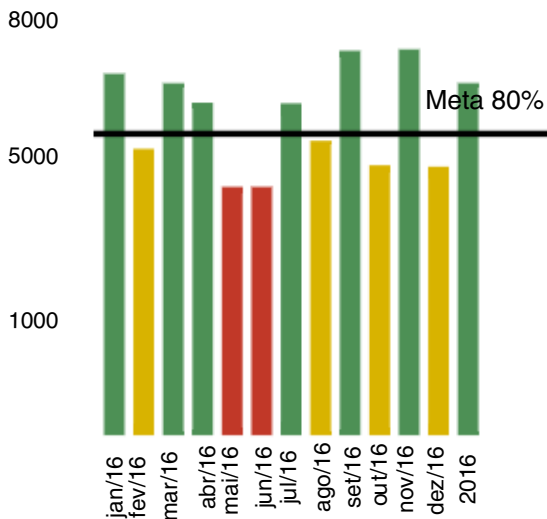
Nas próximas mensurações, merecerá maior atenção a discrepância entre resultados das perspectivas Processos Internos e Pessoas e Recursos o que, numa análise superficial, comprometeria a hipótese estratégica trazida no mapa. Contudo, muitas das ações geradoras de resultados positivos nesta perspectiva têm consequências em médio e longo prazos, o que demanda uma abordagem mais cautelosa sobre o tema. Ressalta-se ainda que dois indicadores da base do mapa estratégico ainda não foram mensurados, "Vazão de Demandas" e "Satisfação do servidor", os quais poderão ter impacto significativo no resultado geral. Ações para sua medição já estão sendo implementadas, o que poderá ser observado no item que abarca o assunto de forma mais detalhada.

A seguir maiores informações sobre os indicadores e projetos que compõem a estratégia do Tribunal, bem como uma breve descrição do alinhamento estratégico nas unidades.

Indicadores

Oferecer serviços com qualidade

Satisfação do cidadão



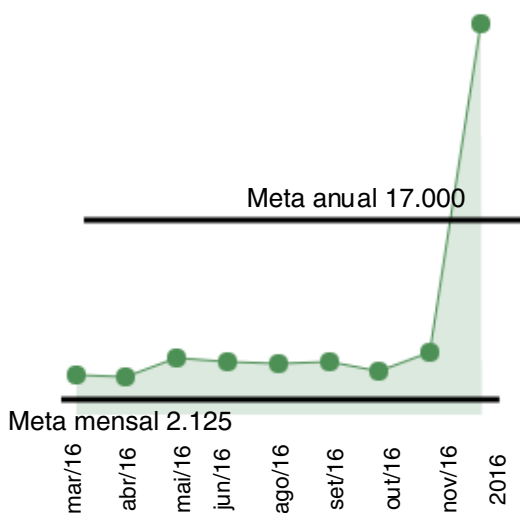
O indicador mede o percentual de satisfação dos usuários externos com os principais serviços e infraestrutura oferecidos pelo Tribunal. Quanto a essas avaliações em percentual, pode-se verificar que os serviços pontuados como “bom” e “excelente” superam, desde o início do ano, as avaliações de “ruim” e “regular”. Logo, pela análise qualitativa do indicador, conclui-se que há um bom índice de satisfação do cidadão com os serviços prestados pelo STJ.

Após parecer técnico, solicitado pela Ouvidoria, e reuniões com a STI e SCO, serão adotadas medidas para aprimorar o sistema, como redesenhar a página da pesquisa de satisfação e desenvolver outras campanhas de divulgação da pesquisa. Em paralelo, durante o 2º semestre, houve um trabalho de divulgação dos indicadores de cada serviço junto às unidades responsáveis, para planejarem campanhas visando ao aumento de participação dos cidadãos, além de buscarem melhorias em seus serviços.

Assim, 2017 se inicia com medidas cujo intuito é obter o quantitativo e qualitativo de respondentes que solidifique o modelo de pesquisa de satisfação adotado e o consolide como uma ferramenta eficiente de medição do referido indicador.

Promover a cidadania

Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania



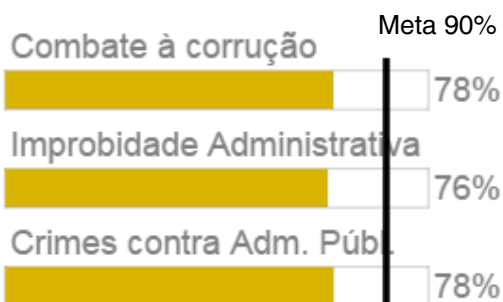
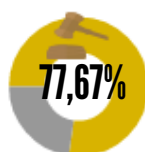
A dedicação das várias unidades envolvidas na busca de beneficiar os cidadãos evidenciou-se com o alcance do resultado final de 23.773 pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania: maior já alcançado desde que se iniciou a mensuração do indicador.

A SED é responsável pelos projetos socioeducativos e eventos culturais, contribuindo com cerca de 18.000 beneficiados. Enquanto a AGS e SGP são responsáveis pelos outros 5.000, com ações como a Coleta Seletiva Solidária, Educação de Jovens e Adultos, cursos (presenciais e a distância), palestras, dentre outras. Ressalta-se ainda que essas ações aperfeiçoam o gasto público de modo sustentável e social, pois é um retorno do STJ para a sociedade, pois permite o compartilhamento de conhecimento que muitas vezes foi adquirido pelo servidor por meio de capacitações internas.

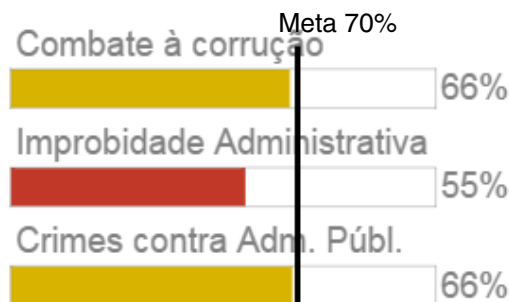
Considerando que o resultado foi além daquilo que se esperava para 2016, será avaliado o desempenho no 1º semestre de 2017 para averiguar com as unidades se é possível aumentarmos a meta para os próximos períodos.

⊙ Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa

Julgamento de ações -
até 2013



Julgamento de ações -
2014

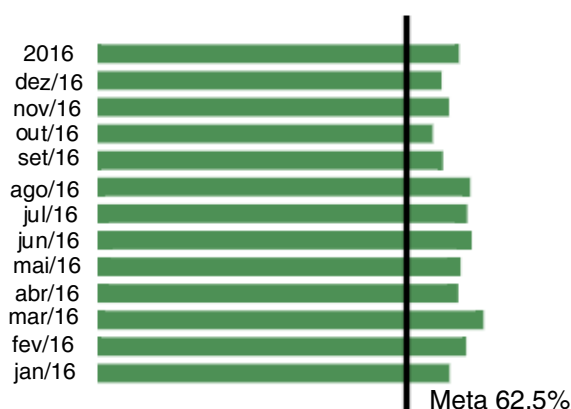


O presente indicador, alinhado à Meta Nacional n. 4 de 2016, acompanha o julgamento dos processos relativos às ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública em determinados períodos. A meta do indicador é subdividida da seguinte maneira: julgar 90% das ações distribuídas até 31/12/2013 e 70% das distribuídas em 2014. Dentro de cada período também são tratadas de forma diferenciada as ações de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública. Finalmente, o somatório desses 2 tipos de ação gera o percentual de cumprimento quanto às ações de Combate à Corrupção.

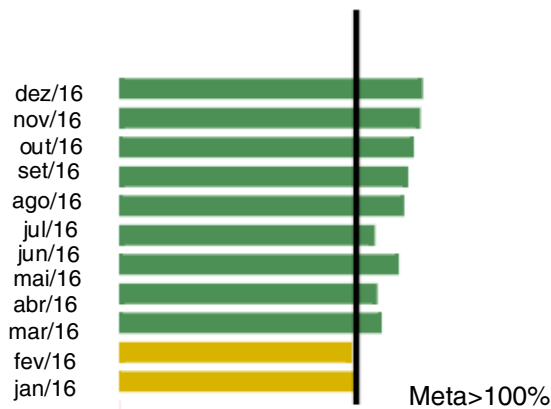
Não obstante o desempenho em geral aceitável perante às metas do STJ, em especial no que tange a maioria dos processos de 2014, o Tribunal não logrou êxito quanto ao atingimento, em nenhum dos casos, da meta mesmo com o envio regular aos gabinetes de ministros de planilhas de acompanhamento demonstrando os desempenhos mensais. Apesar disso, de forma geral, cabe ainda ressaltar que o número absoluto de julgados aumentou de 8.716, em 2015, para 8.960, em 2016.

⊙ Buscar excelência na prestação jurisdicional

Agilidade no julgamento



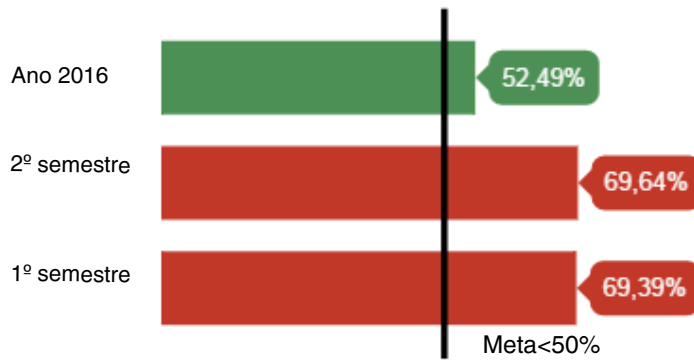
Atendimento à demanda



O indicador Agilidade no julgamento retrata a capacidade do Tribunal de dar baixa em até 1 ano os processos que entram na Corte. Sua mensuração começou em 2013 com um resultado de 61,20%. Já em 2016, o STJ aumentou esse percentual em mais de 10%. Tendo em vista que a meta prevista para 2020 é de 65%, propõe-se uma análise mais detalhada dos dados dos últimos 2 anos, que se mantiveram acima desse patamar, para verificar se não seria possível tornar o indicador mais desafiador.

O indicador Atendimento à demanda (equivalente à Meta Nacional n. 1) monitora se o número de processos julgados está maior que o número de processos distribuídos, demonstrando se há equilíbrio entre a produtividade e a demanda do Tribunal. Os resultados apurados no ano mantiveram o desempenho do indicador com situação ótima, sendo que os ministros julgaram, ao longo de 2016, 15,78% a mais de processos do que foram distribuídos no Tribunal.

Congestionamento



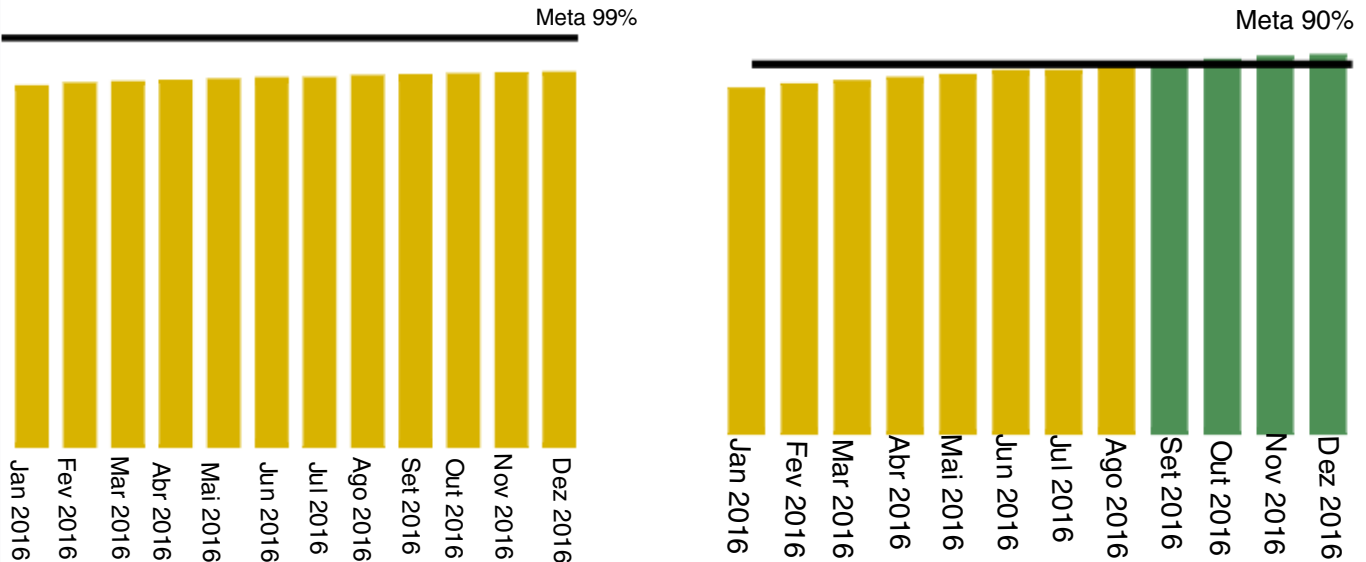
O índice de congestionamento visa mensurar o número de processos baixados em relação ao total de processos tramitando (casos novos e pendentes). Apesar do resultado apurado no primeiro semestre gerar uma anomalia em termos de taxa esperada, é necessária à sua medição no período para servir de referência para a tendência de cumprimento da meta. A época do Relatório de Desempenho do 1º semestre considerava-se que, mantida a mesma produção no 2º semestre, alcançar-se-ia 53,42% de congestionamento. No entanto, a produtividade do período final de 2016 foi maior, evidenciado inclusive pelo indicador de Atendimento à Demanda, e o resultado alcançado foi de 52,49%. Mesmo assim, apesar de ser considerado um resultado positivo, o resultado ficou aquém da meta de 50%.

A meta para 2017 em diante é chegar a um índice de congestionamento de 40% até 2020. Portanto, pela perspectiva do congestionamento, apesar de o resultado estar em situação ótima, há necessidade de avaliação de medidas para conter a demanda ou agilizar a produção de baixados do Tribunal.

Processos antigos com primeira decisão

Até 2011

Em 2012



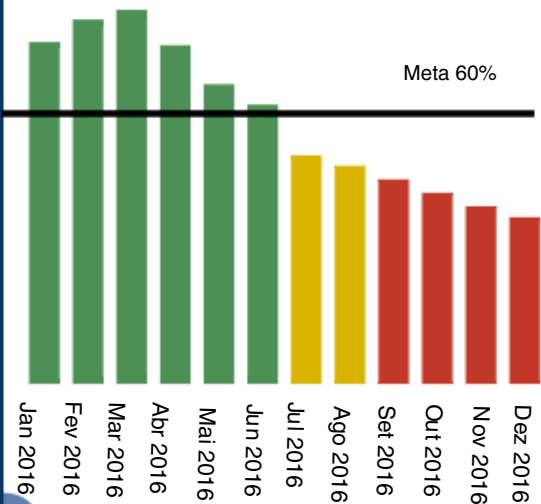
O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 2 de 2016, está dividido em dois períodos base: julgar 99% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e julgar 90% dos processos distribuídos em 2012.

Para os processos distribuídos até 31/12/2011, a mensuração avançou satisfatoriamente durante o ano, sendo que os picos de produtividade foram nos meses de fevereiro e agosto, logo após os recessos. Ao alcançar um resultado de 94,06% da meta pretendida, o indicador terminou o período em situação próxima de ótima. E ao considerar-se que essas decisões ocorreram em 7.238 processos, em 2016, percebe-se um aumento de produtividade de quase 40% quando comparado às 5.182 sentenças ao final de 2015.

Já para os processos distribuídos em 2012, o número de julgados passou de 7.239, em 2015, para 9.508, em 2016, significando um aumento de produtividade acima de 30%.

Visando fomentar o cumprimento da meta, ao longo do ano, foram enviados mensalmente aos gabinetes de ministros, planilhas de acompanhamento das metas com o intuito de demonstrar o seu desempenho real e permitir as tomadas de decisões para alavancar o desempenho dos resultados.

Julgamento de ações coletivas



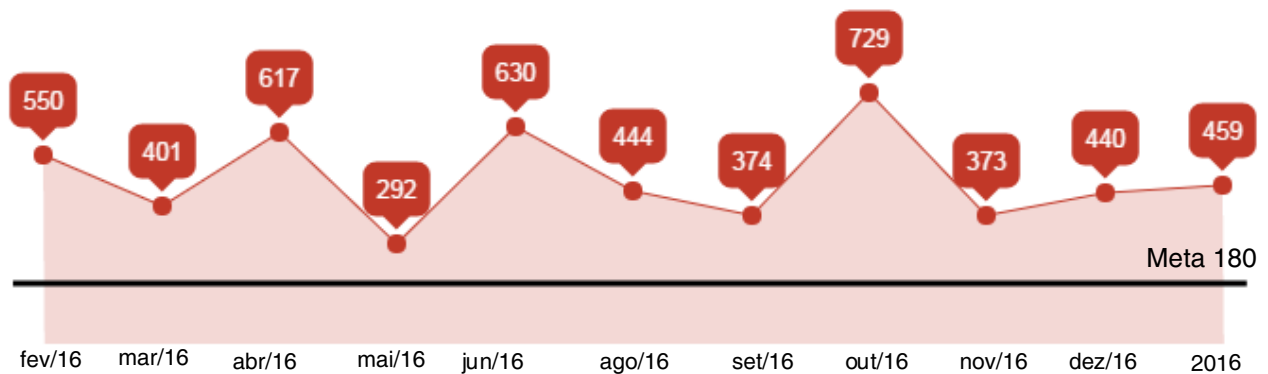
Este indicador está alinhado à Meta 6 de 2016, que acompanha o percentual de processos que foram julgados, oriundos de ações coletivas, distribuídos a partir de 1/1/2015.

O resultado decrescente do indicador durante o ano está intimamente ligado ao fato de que, dos 16.673 processos de ação coletivas distribuídos durante o período, 73,50% o foram durante o último semestre de 2016.

Ressalta-se que a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil elevou o número de ações coletivas recebidas pelo Tribunal, o que exigirá um aumento na produção para conseguir dar vazão dentro dessa nova realidade.

Tratar demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Tempo médio da afetação à publicação de acórdão



Este indicador está alinhado à Meta 7 de 2016, que almeja garantir, até dez/2020, que se alcance o tempo médio de 180 dias entre a afetação do recurso repetitivo e a publicação de seu acórdão de mérito. Em 2016, o resultado apurado foi de 459 dias, aumento significativo se observarmos os 248 dias de 2015. Registra-se, no entanto, que somente são considerados processos afetados a partir de 2014 e, dessa forma, cada período que passa sem o julgamento da causa impacta na média quando o caso é decidido.

É essencial esclarecer que a legislação processual brasileira estabelece o procedimento dos recursos repetitivos, sem, contudo, adentrar em detalhes quanto a prazos, publicidade e consequências práticas do instituto. Isso, na prática, acarreta certa flexibilidade ao relator do recurso repetitivo que poderá, a seu juízo, adotar as medidas que entender pertinentes.

No STJ, uma equipe, concentrada recentemente no novo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP, dedica-se há mais de 2 anos na busca de medidas para reduzir o prazo dos processos submetidos ao rito dos recursos repetitivos. Desse enfoque resultou a Emenda Regimental n. 24, publicada em 11 de novembro de 2016, que disciplinou diversos procedimentos relacionados aos recursos repetitivos, incluindo a previsão de prazos. Essa emenda complementou as regras estabelecidas no Código de Processo Civil de 2015, estabelecendo, em cerca de 28 artigos, procedimentos dos recursos repetitivos, desde o momento de sua entrada no STJ como representativo da controvérsia até o seu trânsito em julgado, disciplinando ainda a revisão de tese.

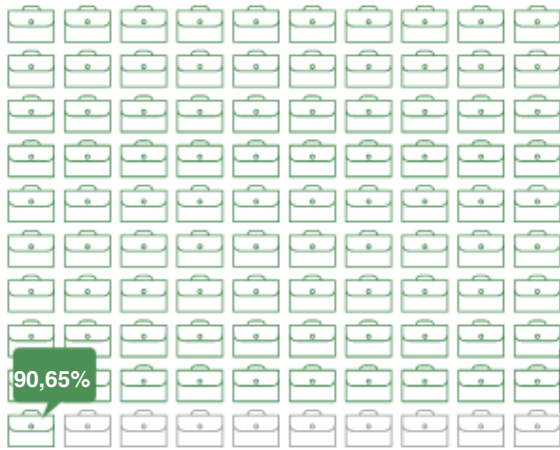
Adicionalmente, a Emenda Regimental 26/2016 criou a Comissão Permanente Gestora de Precedentes composta por três ministros efetivos e um suplente com atribuições, dentre outras, de aperfeiçoar a formação e a divulgação dos precedentes qualificados do STJ e de sugerir medidas destinadas a ampliar a afetação de processos ao rito dos recursos repetitivos.

Esses dispositivos, alinhados à recente cultura de prevalência dos precedentes estabelecidos pelo art. 927 do CPC/2015, certamente contribuirão para a celeridade dos recursos especiais afetados sob o rito dos repetitivos e na melhoria da prestação jurisdicional brasileira como um todo.



Aprimorar competências

Desempenho por competências dos gestores

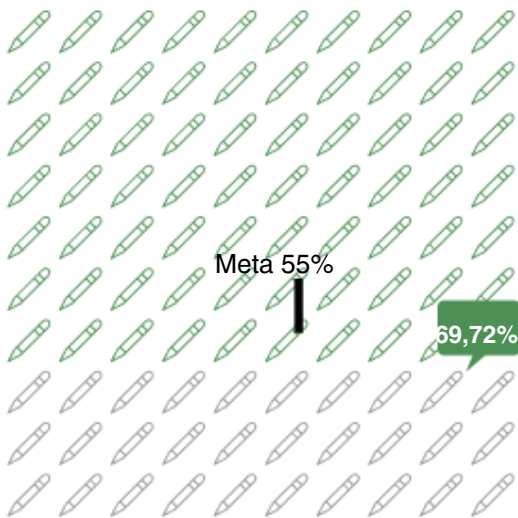


Meta 90%

O indicador mede o percentual de desempenho dos gestores apurado nas avaliações realizadas. Essa ação é coordenada pela equipe do programa estratégico Aprimore STJ, de quem é a responsabilidade pela implantação do modelo de gestão por competências.

Acredita-se que o decréscimo no resultado de 2016 (90,65%) quando comparado ao de 2015 (93,46%) ocorreu em consequência de uma evolução na cultura de fazer diagnóstico por competências no STJ, com aferições cada vez mais criteriosas, visando ao mesmo objetivo do programa Aprimore: real mapeamento de lacunas de desempenho por competências, melhoria dos desempenhos comportamentais e de responsabilidades técnicas do corpo gerencial e, mais amplamente, de todos os servidores do STJ. Além disso, esse ano foi o primeiro em que as equipes puderam avaliar seus gestores. Pretende-se acompanhar por mais alguns ciclos o indicador para se entender que o processo foi calibrado e representa o real percentual de desenvolvimento dos gestores

Adesão às ações de educação corporativa



Este indicador afere o percentual de servidores que participaram de ações de educação corporativa oferecidas pelo Tribunal na busca de aprimorar competências de seus colaboradores.

Com atividades permanentes de incentivo à aprendizagem contínua, aliada à inovação das metodologias de educação, com modelos mais atrativos, dinâmicos e específicos, espera-se a manutenção dos resultados nos próximos períodos de mensuração.

A tendência do indicador será analisada com mais precisão em 2017, para melhor avaliar se a meta não pode ser mais desafiadora.



Atrair e reter talentos

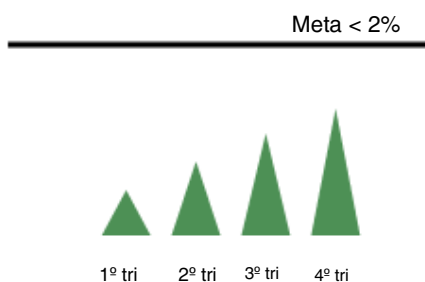
Satisfação do servidor



A última mensuração deste indicador, 76,47%, ocorreu em 2010 e serviu de linha de base para a meta de 80% para o período até 2020. A periodicidade do indicador é bianual, tempo considerado razoável para que o Tribunal execute ações efetivas que possam ser identificadas pelos servidores em uma próxima medição.

Na última Reunião de Análise Estratégica, em novembro de 2016, ficou registrada a aprovação da realização da pesquisa no início de 2017.

Desligamento de servidores do quadro permanente

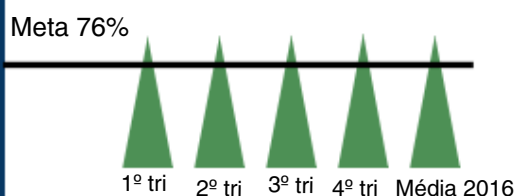


O indicador mensura o percentual de saídas espontâneas de servidores do quadro permanente do Tribunal. O STJ vem superando a meta desde 2015, com resultados abaixo de 2% ao ano.

Após entrevistas junto aos servidores que espontaneamente desligam-se do quadro permanente desta Casa, constatou-se que os maiores motivos para desligamento do STJ estão relacionados à ascensão profissional e melhores salários.

Com isso, infere-se que o cenário econômico pelo qual o país passa em geral, e a administração pública em particular, contribuiu para mais uma superação da meta, visto que os órgãos públicos não estão convocando novos servidores.

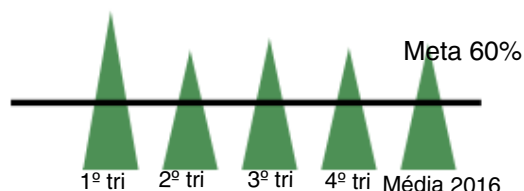
Ocupação de cargos e funções comissionadas por servidores do quadro permanente



Esse indicador observa qual o percentual de cargos em comissão e funções comissionadas estão preenchidos por servidores do quadro permanente, demonstrando a preocupação deste Tribunal com a valorização de seus servidores. É importante ressaltar que desde 2015 o resultado está acima dos 80%.

Ações com o intuito de manter ou mesmo aumentar esse índice permanecem em andamento, tanto por meio do aprimoramento do serviço de seleção interna quanto por alterações na regulamentação sobre movimentação de servidores para as diversas unidades do Tribunal.

Ações de educação promovidas com instrutor interno



Com esse indicador é possível medir o percentual de eventos de capacitação que são promovidos pelo STJ conduzidos por instrutor interno.

A contenção de gastos com capacitações nos últimos três anos provocou o aumento de contratações de instrutores internos, antes pouco praticada. A qualidade das ações ministradas pelos servidores tem fortalecido a importância de formar multiplicadores, contribuindo diretamente para atração e retenção de talentos, bem como para gestão do conhecimento na instituição, o que gera mais comprometimento e ainda fomenta a aprendizagem contínua no Tribunal.

Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC

Vazão de demandas



O indicador mede o quanto está sendo produzido de novas soluções diante do total de demandas desse tipo. Para a efetiva mensuração do indicador "Vazão de Demandas" é necessário, inicialmente, estipular uma linha de base. Essa medida, em termos de soluções sistêmicas, ainda não é possível aferir. Apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos na busca da formalização de todas as demandas sistêmicas encaminhadas à STI, ainda há lacunas.

Assim, no momento, a STI está propondo normas e procedimentos que visam estruturar um processo formal de solicitação de demandas que define o seu nascedouro na unidade solicitante, sua avaliação pela unidade técnica e sua priorização pela Alta Administração.

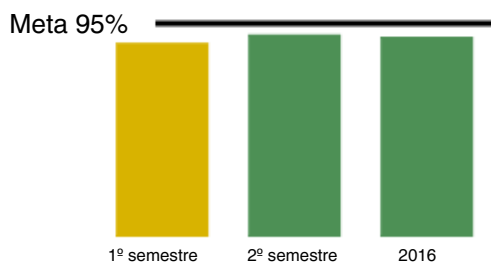
Como pode ser observado no Processo Administrativo n. 029232/2016, a proposta para viabilizar um melhor acompanhamento de demandas é criar comitês de sistemas e de governança que serão responsáveis pelo estabelecimento de estratégias, orientação das iniciativas e dos investimentos tecnológicos no âmbito do Tribunal, incluindo elaboração e acompanhamento de planos estratégico, tático e operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação, análise das demandas, dentre outros, conforme exigido nos artigos 7º e 8º da Resolução CNJ n. 211 de 15 de dezembro de 2015.

Satisfação na entrega de novos serviços de TIC

O indicador procura medir o percentual médio de satisfação de clientes e usuários quanto aos novos serviços ou às melhorias nos serviços de TIC entregues em determinado período.

Apesar de apresentar bons resultados desde 2015, constatou-se um decréscimo em 2016 (92,15%) quando comparado a 2015 (94,81%). Ao analisar o questionário foi possível a identificação de alguns pontos que necessitam de melhoria no desenvolvimento dos projetos.

Com isso, a STI está tomando uma série de medidas que visam não somente organizar melhor a entrada e a priorização das demandas encaminhadas à secretaria, como também uma estruturação mais adequada dos processos e ferramentas que irão proporcionar uma melhor definição e acompanhamento dos prazos.



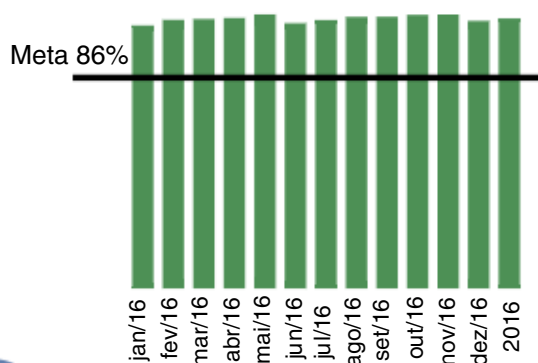
Satisfação dos usuários internos de TIC

Esse indicador ajuda a identificar a porcentagem de satisfação relacionada ao suporte de TIC prestado e, assim, permitir o direcionamento de ações de melhoria.

Desde 2015 os resultados estão acima de 90%, demonstrando que os usuários internos dos serviços de TIC estão satisfeitos.

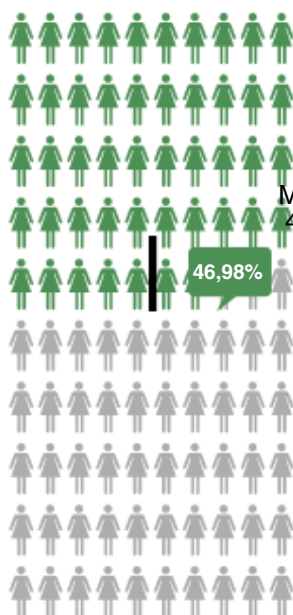
Como o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) está implantado na CORE (unidade responsável pelo acompanhamento da pesquisa), há a necessidade da melhoria contínua no atendimento e suporte dos serviços prestados.

Outrossim, como podem ocorrer registros de insatisfação baseados em serviços prestados por outras unidades da STI, que são encaminhados prontamente, sugere-se que as outras coordenadorias também documentem e implantem um Sistema de Gestão da Qualidade com foco na satisfação do cliente ou, pelo menos, um procedimento para tratamento dessas reclamações, definindo os responsáveis, registros e controles a serem aplicados.



Fortalecer a governança institucional

Governança de pessoas



Trata-se de indicador derivado de um levantamento oficial, denominado iGovPessoas, iniciado em 2013 pelo Tribunal de Contas da União – TCU - junto aos órgãos federais. Desde então, a equipe da SGP acompanha este índice que foi elevado ao status de estratégico no novo plano.

Em 2016, o TCU enviou novo formulário para o iGovPessoas, com uma reformulação extensa das questões a serem respondidas e com novos enfoques. Para manter o indicador alinhado ao levantamento original, usou-se o novo questionário obtendo mensuração abaixo da obtida em 2015 (52,78%). Assim sendo, atribui-se a queda no desempenho, essencialmente, a essas alterações.

Considera-se que o valor de 46,98% é uma estimativa mais próxima do possível do resultado oficial a ser divulgado pelo TCU até o 1º semestre de 2017, que deverá incluir o STJ entre os órgãos públicos com maturidade intermediária.

Governança institucional

O presente indicador é baseado em questionário elaborado pelo TCU. Em 2015, havia apurado-se um alcance de 62,4% no nível de maturidade que, contudo, em uma análise posterior mais crítica, apontou para 57,94% de cumprimento. De toda forma, as ações realizadas em 2016 garantiram a melhora do indicador. Dentre as iniciativas executadas, destaca-se com a publicação da Resolução 19/2016 que instituiu o sistema de governança do STJ.

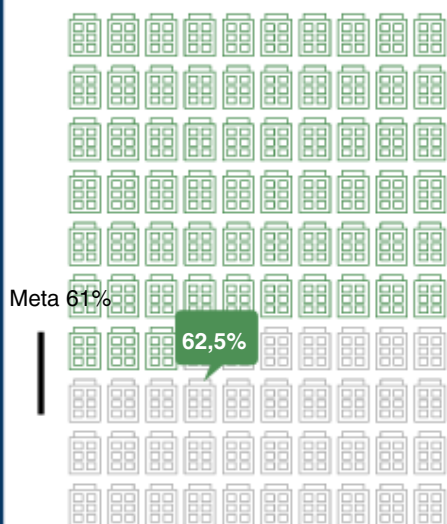
O indicador pode ser desdobrado em 3 aspectos: liderança, controle e estratégia:

O mecanismo de Liderança apresenta menor percentual de atingimento: 54,29%. Merece atenção as práticas relacionadas à criação e implementação do código de ética.

No que tange ao Controle, observou-se que o STJ manteve o desempenho intermediário com 60,43% de cumprimento. Apesar da melhoria, uma avaliação mais criteriosa rebaixou o percentual de cumprimento no que tange à estrutura de gestão de riscos e ao desempenho da função de auditoria.

Para a Estratégia, o STJ manteve seu nível aprimorado, evoluindo de 71,55% (2015) para 77,32% (2016) no grau de maturidade. A partir da avaliação realizada no ano anterior, foi desenvolvido grupo de estudo sobre as partes interessadas, na tentativa de aprimorar a maturidade em relação a esse aspecto.

Por fim, para continuar evoluindo na maturidade, está em desenvolvimento Plano de ação a ser implementado ao longo do próximo biênio.

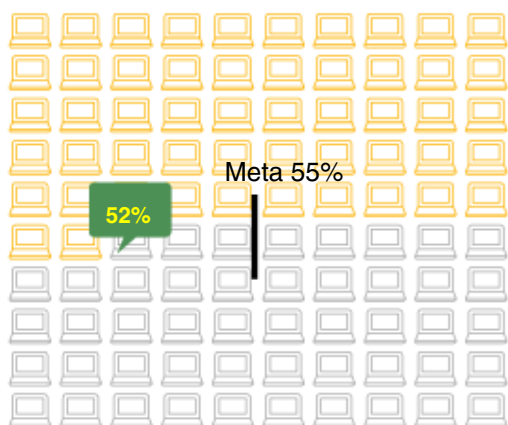


Governança de TIC

O indicador "Governança de TIC" possui medição anual e está vinculado a uma avaliação decorrente do questionário IGovTI, aplicado pelo TCU.

Baseado nas respostas e na metodologia já utilizada anteriormente pelo TCU, seria possível fazer uma estimativa do resultado. Porém, o STJ aguardará a manifestação daquele órgão controlador, com um valor já chancelado.

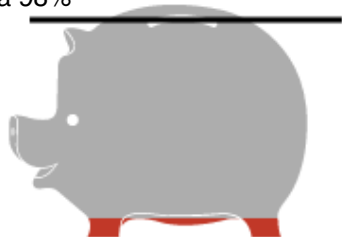
Observa-se que o resultado de 52% apresentado representa a medição feita em 2015 e que serviu de linha de base, pois havia ocorrido um reajuste significativo no cálculo após a medição anterior - que tinha indicado um valor de 66%, resultado que, nas circunstâncias renovadas, não tinha mais o mesmo significado.



Assegurar e gerir o orçamento

Execução do orçamento estratégico

Meta 98%



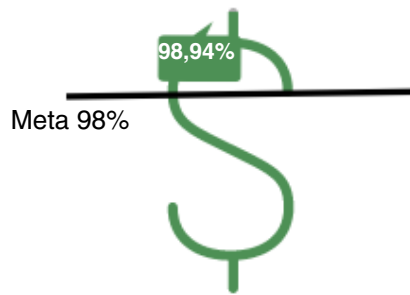
O indicador fechou 2016 atingindo 8,10% da meta anual, pequeno aumento frente ao 0,45% realizado em 2015. Atribui-se tal medição aos cortes orçamentários, processos licitatórios que atrasaram ou que fracassaram e a dificuldades com fornecedores.

Três projetos estratégicos em especial, Aprimore STJ, Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) e Controle de Acesso solicitaram em proposta orçamentária um montante que representava 90,49% do orçamento estratégico em 2016. Porém, esses valores não foram executados em função de contingenciamento ou processos licitatórios fracassados.

Vale destacar ainda que o projeto de Gestão Documental, em princípio, não tinha um orçamento aprovado em proposta orçamentária, porém teve aporte de recursos para aquisição de um software para correção ortográfica do sistema SEI.

Já o projeto Portal 2020 não executou todo o orçamento previsto para o exercício devido às dificuldades com os fornecedores, ensejando a solicitação de pagamento de multas ou glosas.

Execução orçamentária

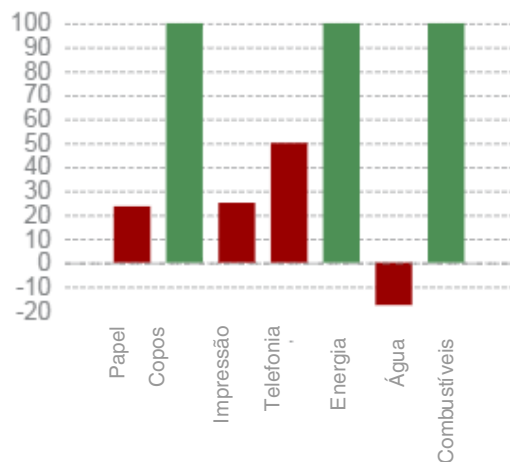


Apesar de 2016 ter sido um ano de restrição orçamentária, houve uma execução bem-sucedida do orçamento do STJ, acima da meta de 98%.

Algumas características sobressaltam, como, o crescimento de dispêndio que se refletiu fortemente no pagamento de pessoal, perfazendo 66,27% das despesas. Um aumento em relação ao Grupo 4 (Investimentos), com a realização de várias licitações no final do exercício.

Percebe-se, então, que, de forma geral, a administração superou a meta focando em despesas obrigatórias.

Aderência ao Plano de Logística Sustentável - PLS



Nota explicativa: O gráfico representa o percentual de atingimento real acumulado do ano. Assim, observa-se que 4 medições ficaram abaixo do esperado.

O indicador é formado por um conjunto de métricas envolvendo múltiplos temas, dos quais estão sendo mensurados: papel, copo, impressão, telefonia, energia, água e combustíveis.

Visando ao comprometimento das unidades envolvidas com o repasse desses dados foram publicadas as Instruções Normativas STJ/GDG N.16/2016 e a Portaria STJ/GDG N.1003/2016. Outro fator que compromete a mensuração de todos os temas está relacionado ao Glossário do Anexo I da Resolução CNJ N.201/2015, que demonstrou que a maioria dos temas precisaria de adequações em cálculos e planilhas para possibilitar sua medição adequada.

Ressalta-se que as reduções são fruto do trabalho intenso de conscientização da AGS, com apoio da Alta Administração, bem como do momento econômico vivido pelo STJ. Da mesma forma destaca-se a própria existência do PLS, que ao realizar avaliação e monitoramento sistematizado de dados, exige uma maior responsabilidade aos gestores quanto aos resultados de seu trabalho.

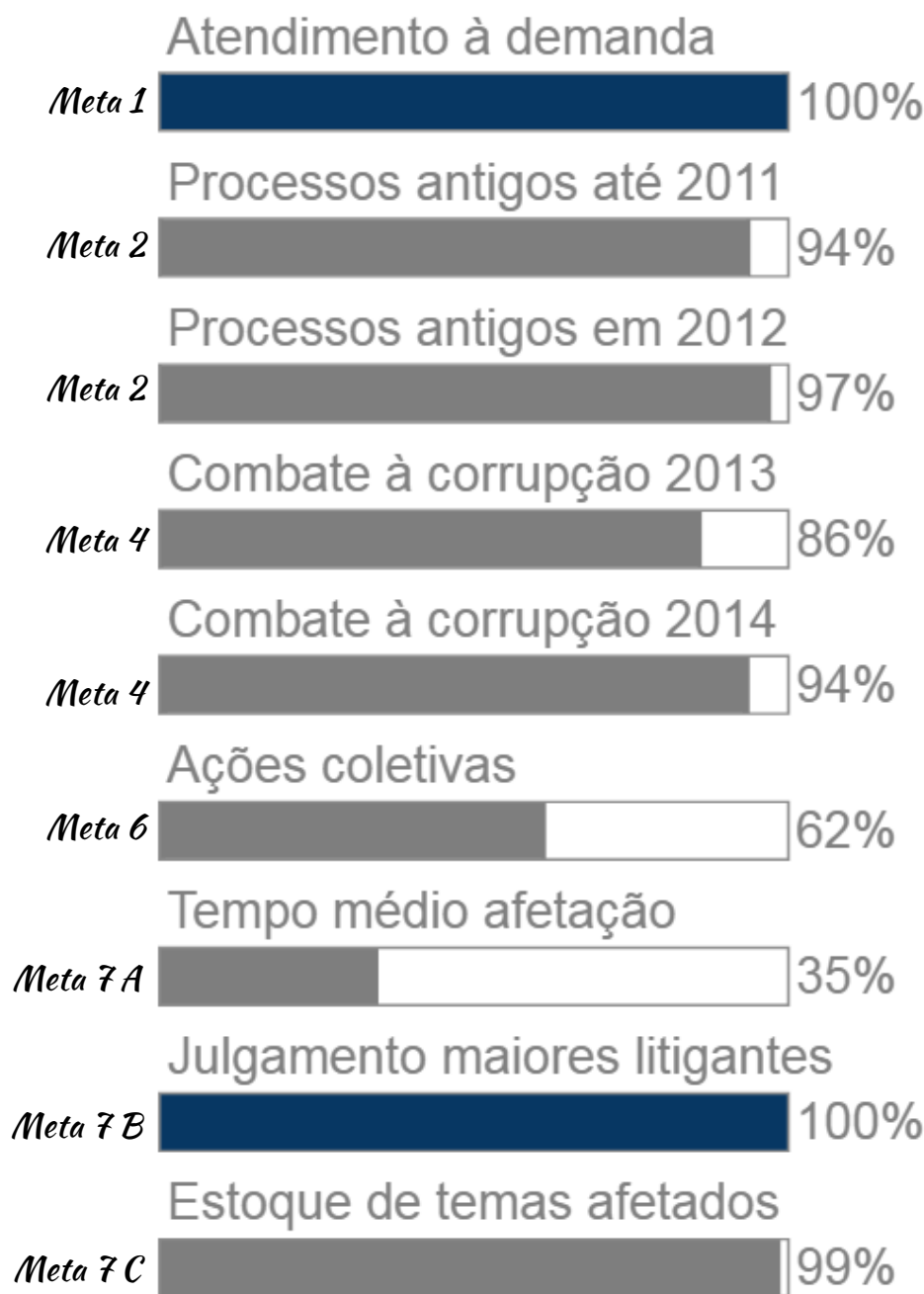
Importante frisar ainda que a razão para o não atingimento de algumas metas estão em análise, mas já foi identificada a necessidade de intensificação dos esforços de conscientização com campanhas contínuas e assertivas.

No caso específico de impressão, o STJ está em processo de nova contratação de solução de outsourcing em que o foco deve ser eliminar ociosidade de equipamentos e, ao mesmo tempo, reduzir a necessidade de impressão, o que se refletirá em outros temas como papel e energia.

Metas Nacionais

As metas nacionais do Poder Judiciário atribuídas ao STJ em 2016 estão alinhadas aos indicadores estratégicos citados anteriormente. Das 5 metas acompanhadas pelo Tribunal neste exercício, apenas as Meta 1 e a parte B da Meta 7 foram cumpridas.

Ressalta-se que as Metas 2 e 4 são desdobradas por período de referência. Já a Meta 7, por distintos propósitos do Macrodesafio "Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes": a parte "A" trata da redução do tempo médio da afetação à publicação dos acórdãos dos recursos repetitivos; a "B" prioriza o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos; a "C" trata do julgamento do estoque de temas afetados até 31/12/2014.



Nota explicativa: O gráfico representa o percentual de atingimento de cada meta segundo glossário disponibilizado pelo CNJ.

Projetos

Assegurar e gerir o orçamento

Apuração e Análise de Custos
 50%


Fortalecer a governança institucional


Alinhamento STJ 2020
 62%

Gestão de Riscos
 100% ✓

Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC

Modernização da infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia 1%


Integra
 34% ✗


Gestão documental do STJ
 65%


Aprimorar competências


Aprimore STJ
 78%


Buscar excelência na prestação jurisdicional

GRU
 9%


ARESP
 100% ✓

E-pet
 14%

Mod. dos Trâm. Processuais
 30%

Intimações Eletrônicas
 100% ✓


Importação de Metadados
 17%


MNI
 100% ✓

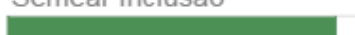
Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes

Gestão de Processos Múltiplos
 87%


Promover a cidadania


Arquivo Histórico Virtual do STJ
 40%


Memória e Cultura do STJ
 99%


Semear Inclusão
 93%

Oferecer serviços com qualidade

Sistema de controle de acesso
 74%

CFTV
 46% ⏸

Portal 2020
 99%

Pesquisa de satisfação do usuário
 100%

Fonte: Project Web App, atualizado em 18/1/2017, disponível em: <http://projeto/pwa>.



Projeto Concluído



Projeto Suspenso



Projeto Cancelado

Projetos

Em 2016, as iniciativas do portfólio estratégico tiveram muitos desafios a superar. Uma causa que afetou sobremaneira toda a estrutura da administração pública foi a restrição orçamentária imposta a todas as esferas de poder. Assim, algumas iniciativas sofreram diretamente com o corte de servidores terceirizados que faziam parte das equipes além da suspensão de qualquer aquisição e contratação de consultorias, escopo de vários projetos, e cortes de custos com treinamentos, eventos e comunicação. Outro grande fator a ser superado pelos gestores de projetos é a falta de equipe da STI para desenvolvimento de soluções tecnológicas que suas iniciativas demandam.

Mesmo com essas adversidades, os gestores se empenharam buscando alternativas, parcerias com outros órgãos e opções de soluções, garantindo o progresso das iniciativas. Isso é demonstrado no indicador acompanhado pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP) "Sucesso das iniciativas estratégicas" que em 2016 teve média de 69,61%, uma baixa de apenas 2,15 pontos percentuais em relação a 2015, tendo em vista toda esta conjuntura de obstáculos.

Dentre os projetos da carteira, observa-se que o Arquivo Histórico Virtual do STJ, Gestão Documental do STJ, Memória e Cultura do STJ, Alinhamento STJ 2020, Metodologia de Apuração e Análise de Custos, Aprimore STJ, Importação de Metadados dos Tribunais de Origem e Semear Inclusão estão com suas atividades dentro do planejado.

O projeto Gerenciamento e Controle de GRU das Custas Processuais requer atenção uma vez que a equipe de desenvolvimento foi deslocada para atender atividades do projeto E-pet: módulos de peticionamento e visualizador. Como solução provisória para o projeto GRU, foi implantado pela CATJ um sistema em Microsoft Access para controle dos pedidos de restituições de custas. Apesar do foco dado ao projeto E-Pet, este também está com as tarefas em atraso, entretanto demonstrou alguma evolução no trimestre: o módulo de autenticação do usuário com certificado digital já foi implementado e já está em fase de testes, com implantação prevista para o primeiro trimestre de 2017.

As gestoras da iniciativa Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores, em reunião com o Coordenador de Desenvolvimento da STI, foram informadas que no momento ainda não é possível determinar prazos para as demandas do projeto, pois a equipe da STI está reestruturando processos de trabalho com a finalidade de dar transparência e atender a todo o Tribunal. Em março/2017 será definido novo cronograma.

O projeto Portal 2020 ainda não encerrou por problemas com a empresa contratada, em virtude de execução parcial dos serviços, ensejando uma glosa contratual de pagamentos. Visando pleno funcionamento e manutenção corretiva do Portal STJ foi realizada contratação emergencial com a Global Business Consultoria e Informática LTDA.

Quanto ao projeto Gestão de Processos Múltiplos restam pendentes apenas adequações pontuais do Sistema Justiça para os relatórios de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos. Com a publicação da Emenda Regimental n. 24 de 28/09/2016, os processos de trabalho do NUGEP foram muito impactados, dando oportunidade ao encerramento da iniciativa em questão. Assim, foi apresentado Termo de Abertura do projeto "Gestão de Precedentes", proposta que foi aprovada em Reunião de Análise Estratégica, em 30/11/2016, e acordado que as demandas pendentes do projeto Gestão de Processos Múltiplos serão remanejadas para essa nova iniciativa.

As iniciativas Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia e Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) não evoluíram: o primeiro por falta de orçamento e o segundo aguarda priorização da Administração.

Com a recomposição orçamentária no final do ano foi possível realizar pregões relacionados ao escopo de projetos estratégicos:

- Modernização do Controle de Acesso: realizou o Pregão Eletrônico nº 67/2016. Em 12/12 houve a reunião inaugural em que a empresa B2IT, ganhadora do certame, apresentou os manuais referentes aos equipamentos ofertados. Entretanto, na realização da Prova de Conceito, em 27/12, a empresa foi desclassificada e a segunda colocada foi chamada para realizar a Prova de Conceito em janeiro de 2017.

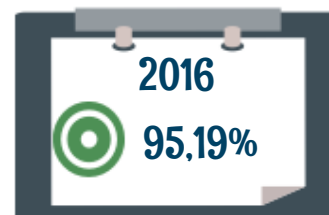
- Alinhamento 2020: realizou o Pregão Eletrônico nº 17/2016 em 28/12, tendo como vencedora a empresa STRATEC e a Prova de Conceito a ser realizada em janeiro de 2017.

- Semear Inclusão: foi disponibilizado orçamento para compra de cadeiras com design específico para portadores de síndrome de Down, em 30/12. O termo de referência já foi elaborado e agora seguem os trâmites para a realização do certame.

- Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia: foram alocados recursos orçamentários para reposição de equipamentos obsoletos e a contratação de consultoria para levantamento dos requisitos para todo o projeto.

Por fim, cabe lembrar que os projetos ARESP, Gestão de Riscos e Pesquisa de Satisfação do Usuário foram encerrados em 2016, na totalidade do escopo planejado com destaque para o primeiro que ganhou o prêmio INNOVARE 2016 na categoria "Tribunal" do concurso.

Alinhamento Estratégico



■ Produtividade ■ Competências ■ Retenção de talentos ■ Governança ■ Orçamento ■ Sustentabilidade

Em 2016, sete unidades passaram a compor o radar da estratégia do STJ, o que equivale dizer que já possuem seu planejamento setorial estruturado e se encontram formalmente alinhadas ao planejamento institucional. Uma oitava unidade teve seu processo de alinhamento iniciado em 2016, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2017.

Os resultados aferidos com os planejamentos setoriais são monitorados e formalizados por meio de relatórios de desempenho trimestrais (RDSs), os quais subsidiam reuniões de análise tática (RATs). Os resultados são disponibilizados na intranet para conhecimento de todos.

Após uma queda observada durante o terceiro trimestre de 2016, quando da inclusão de indicadores de “sustentabilidade” no cálculo do radar da estratégia, o Tribunal fechou 2016 com um resultado considerado ótimo, de 95,19%, ante 82,85% em 2015.

A “produtividade”, critério com o maior peso relativo no cálculo do radar, apresentou um aumento considerável em relação a 2015, passando de 88,95% para 93,66%. Importa lembrar que o resultado é produto final do percentual de cumprimento das metas de aproximadamente 100 indicadores setoriais. É um resultado significativo no conjunto dessas métricas, mesmo havendo espaço para melhorias, o que se coaduna com a finalidade maior de se definir metas: demonstrar onde há oportunidades de avanço e necessidade de foco. Diante do exposto, pode-se dizer que, quando todos os resultados de produtividade forem ótimos, é o momento de se buscar novos desafios.

Os critérios “competências” e “governança” se mantiveram em situação ótima, demonstrando que os gestores das unidades não apenas se preocupam com o desenvolvimento de suas equipes, mas também estão atentos aos marcos de controle de gestão. Entretanto, houve uma discreta baixa em relação aos resultados do ano anterior. Justifica-se essa queda principalmente pela inclusão de novas unidades no escopo do Alinhamento em 2016.

No critério “orçamento”, verificou-se uma melhora considerável em relação a 2015, quando foi registrado cumprimento de apenas 19,25%. No entanto, o resultado reflete um gerenciamento mais adequado de gastos de apenas 2 unidades, que demonstraram ser capazes de gastar o que havia sido previsto. Estas despesas acabaram se concentrando no final do ano, o que não é incomum quando se trata de investimentos na administração pública. Assim, o resultado deste quesito do radar da estratégia ficou em 100%, após fechar o trimestre anterior em apenas 58,38%.

A “sustentabilidade”, que não havia sido mensurada em 2015, apresentou resultado final de 85,71%, situação considerada aceitável pelos parâmetros utilizados na metodologia do Alinhamento. Foram realizadas diversas reuniões entre a unidade de Gestão Socioambiental e as equipes das unidades alinhadas, a fim de tratar adequadamente o tema e definir metas factíveis, sustentadas pelo histórico setorial de consumo. Foi principalmente o foco na redução do consumo de copos descartáveis pelas unidades, entre o terceiro e quarto trimestres do ano que possibilitou saltar de um patamar crítico para outro aceitável entre esses períodos.

Por fim, o critério “retenção de talentos”, cujo indicador possui periodicidade bianual, será medido apenas em 2017, após novo adiamento da pesquisa de clima organizacional.

Conforme definido na última Reunião de Análise Estratégica, o projeto Alinhamento alcançará todas as unidades com desdobramento dos indicadores das perspectivas competências, orçamento, sustentabilidade, governança e retenção de talentos. Tal desafio só será possível após a realização do Pregão 17/2016 que permitiu a aquisição de software para o gerenciamento dos indicadores estratégicos e táticos.



A base para o futuro que queremos